

**PT**

**PT**

**PT**



COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS

Bruxelas, 05.02.2009  
SEC(2009) 113 final

**DOCUMENTO DE TRABALHO DOS SERVIÇOS DA COMISSÃO**

**que acompanha o**

**regulamento da Comissão que dá execução à Directiva 2005/32/CE no que respeita aos requisitos de concepção ecológica dos descodificadores simples de televisão**

**RESUMO DA AVALIAÇÃO DE IMPACTO**

**{C(2009) 582 final}**  
**{SEC(2009) 114}**

# **DOCUMENTO DE TRABALHO DOS SERVIÇOS DA COMISSÃO**

**que acompanha o**

**regulamento da Comissão que dá execução à Directiva 2005/32/CE no que respeita aos requisitos de concepção ecológica dos descodificadores simples de televisão**

## **RESUMO DA AVALIAÇÃO DE IMPACTO**

### **Antecedentes**

A Directiva 2005/32/CE (Concepção Ecológica) cria um quadro para definir os requisitos de concepção ecológica dos produtos que consomem energia. Os requisitos de concepção ecológica são exigências legais (base jurídica: artigo 95.º do Tratado) que os produtos devem cumprir para poderem ser colocados no mercado e que visam melhorar o seu desempenho ambiental, assegurando ao mesmo tempo a sua livre circulação no mercado interno. Nos termos da directiva-quadro, a Comissão (assistida por um comité de regulamentação) deve adoptar medidas de execução que definam requisitos de concepção ecológica para os produtos consumidores de energia com volume de vendas significativo, impacto ambiental significativo e potencial de melhoria significativo.

Estes critérios são inteiramente cumpridos no caso dos descodificadores simples de televisão (a seguir, «descodificadores simples»), que têm como função essencial converter os sinais digitais na entrada em sinais analógicos na saída. Durante a transição em curso da radiodifusão analógica para a digital, os televisores não adaptados à recepção de sinais digitais terão de ser acompanhados destes aparelhos. Até 2015, ano em que a radiodifusão analógica será suprimida na UE, aumentarão drasticamente as vendas e o consumo energético total dos descodificadores simples.

A necessidade de estabelecer rapidamente requisitos mínimos de eficiência energética para estes aparelhos foi realçada pelo Parlamento Europeu<sup>1</sup> e apoiada pelos representantes dos Estados-Membros no Fórum de Consulta.

### **Abordagem adoptada no estabelecimento dos requisitos de concepção ecológica**

A abordagem para a elaboração da proposta de regulamento relativo aos descodificadores simples e da presente avaliação de impacto foi estruturada em torno das quatro etapas seguintes:

Etapla 1: avaliação dos critérios para uma medida de execução, nos termos das alíneas a) a c) do n.º 2 do artigo 15.º da Directiva Concepção Ecológica, tendo em conta os parâmetros de concepção ecológica identificados no anexo I da mesma;

Etapla 2: ponderação de iniciativas comunitárias pertinentes, forças de mercado e disparidade do desempenho ambiental dos produtos disponíveis no mercado com funcionalidade equivalente, em conformidade com o n.º 2 do artigo 15.º da Directiva Concepção Ecológica;

Etapla 3: estabelecimento de objectivos estratégicos, incluindo o grau de ambição desejável, as opções estratégicas tendentes à consecução desses objectivos e os elementos fundamentais da medida de execução, em conformidade com o anexo VII da Directiva Concepção Ecológica;

---

<sup>1</sup> Resolução do Parlamento Europeu, de 31 de Janeiro de 2008, sobre o Plano de Acção para a Eficiência Energética.

Etapa 4: avaliação dos impactos ambientais, económicos e sociais, na perspectiva dos critérios que as medidas de execução devem preencher, enunciados no n.º 5 do artigo 15.º da Directiva Concepção Ecológica.

## Síntese dos resultados

### Etapa 1

A fim de avaliar os critérios que as medidas de execução devem preencher, enunciados no n.º 2 do artigo 15.º da Directiva Concepção Ecológica, a Comissão realizou um estudo técnico, ambiental e económico relativo aos descodificadores simples («estudo preparatório»), o qual cumpriu o disposto na alínea a) do n.º 4 do artigo 15.º e nos anexos I e II da Directiva.

Em relação aos critérios estabelecidos no n.º 2 do artigo 15.º da Directiva Concepção Ecológica, o estudo preparatório<sup>2</sup> determinou os seguintes resultados para os descodificadores simples na UE:

Artigo 15.º, n.º 2, alínea a)	Volume anual de vendas na Comunidade:	90 milhões de unidades em 2010 177 milhões de unidades em 2014
Artigo 15.º, n.º 2, alínea b)	Impacto ambiental: consumo energético dos descodificadores simples:	6 TWh em 2010 14 TWh em 2014
Artigo 15.º, n.º 2, alínea c)	Potencial de melhoria (aplicando tecnologias actuais economicamente vantajosas):	0,5 TWh em 2010 9 TWh em 2014

O potencial de melhoria é devido ao facto de existirem soluções técnicas eficazes em termos de custos, que permitem reduzir significativamente o consumo de energia destes aparelhos. Esta tese é apoiada pela ausência de correlação entre os preços de descodificadores diferentes mas com as mesmas funções e o seu consumo energético.

O potencial total de poupança de energia ao longo do período 2010-2020 excede o consumo anual de electricidade das famílias na Suécia, sendo pois considerado significativo.

### Etapa 2

Conforme determinam o n.º 2 e a alínea c) do n.º 4 do artigo 15.º da Directiva Concepção Ecológica, é tomada em consideração a legislação nacional e comunitária aplicável em matéria de ambiente. São também tidas em conta iniciativas voluntárias correlatas, a nível quer comunitário quer dos Estados-Membros, e analisados os entraves que impedem o mercado de adoptar tecnologias com melhor desempenho ambiental, desse modo conduzindo a uma deficiência do mercado.

A nível comunitário, o Centro Comum de Investigação da Comissão (sediado em Ispra) criou um código de conduta voluntário, com critérios de eficiência energética para os

---

<sup>2</sup> «Preparatory studies for Eco-design Requirements of EuPs – Simple Digital TV Converters (Simple Set Top Boxes)», MVV Consulting GmbH, relatório final de 17 de Dezembro de 2007; documentação disponível no sítio Web da DG TREN relativo à concepção ecológica: [http://ec.europa.eu/energy/efficiency/ecodesign/eco\\_design\\_en.htm](http://ec.europa.eu/energy/efficiency/ecodesign/eco_design_en.htm)

descodificadores simples. Esta iniciativa revelou-se muito útil para determinar os dados técnicos dos descodificadores simples, mas teve impacto limitado no mercado devido à fraca adesão dos fabricantes ao código voluntário.

A nível dos Estados-Membros, o Reino Unido pôs em prática um programa de homologação de descodificadores simples (*endorsement label programme*), gerido pelo *Energy Saving Trust*. Este sistema voluntário de rotulagem tem tido impacto reduzido no mercado, havendo poucos produtos que cumprem os critérios por ele estabelecidos.

O regulamento que dá execução à Directiva 2005/32/CE no que respeita aos requisitos de concepção ecológica para o consumo de energia do equipamento eléctrico e electrónico doméstico e de escritório nos estados de vigília e de desactivação, adoptado em Dezembro de 2008, concretizaria apenas uma parte do potencial de poupança de energia dos descodificadores simples, dado que este regulamento horizontal incidiria unicamente no consumo energético dos descodificadores simples no estado de vigília e que o calendário de entrada em vigor dos diversos requisitos constantes do regulamento ‘vigília’ não permitiria aproveitar o máximo potencial de poupança de energia associado à utilização dos descodificadores simples.

Não foram referidas outras iniciativas nacionais ou comunitárias incidentes no consumo energético dos descodificadores simples.

Se bem que os descodificadores simples contribuam consideravelmente para o consumo energético total a nível da UE, o seu contributo para a factura de energia de cada agregado familiar é limitado, razão pela qual os consumidores se fixam no preço de venda dos aparelhos, não prestando atenção ao consumo energético ao longo do seu ciclo de vida. Em resultado, os fabricantes não têm incentivo para reduzir o consumo de energia destes aparelhos, embora tal pudesse ser conseguido com um custo adicional mínimo (se não nulo) para o fabricante e trouxesse poupanças significativas para o consumidor, além da redução das emissões de CO<sub>2</sub>. Um contributo adicional para o excessivo consumo energético dos descodificadores simples é a tendência dos consumidores para os deixarem permanentemente em ‘estado activo’, mesmo depois de desligarem o televisor.

### *Conclusões sobre as etapas 1 e 2*

Ao longo dos próximos anos, registar-se-á um rápido crescimento da quantidade de descodificadores simples vendidos na UE e do correspondente consumo de energia. Devido à deficiência do mercado atrás referida, não são aplicadas soluções economicamente vantajosas existentes, que permitiriam reduzir o consumo energético destes aparelhos. As iniciativas políticas em curso terão impacto muito limitado no desempenho ambiental dos descodificadores simples. Na ausência de uma acção comunitária, há o risco de futuras iniciativas a nível dos Estados-Membros poderem prejudicar a livre circulação destes produtos no mercado interno.

Conclui-se que as medidas de execução preenchem os critérios enunciados no n.º 2 do artigo 15.º da Directiva Concepção Ecológica e que os descodificadores simples devem ser objecto de uma medida de execução da concepção ecológica nos termos do n.º 1 do mesmo artigo.

### *Etapas 3*

O anexo II da Directiva Concepção Ecológica estipula que o grau de ambição para melhorar o desempenho ambiental dos descodificadores simples e, em particular, o seu consumo de recursos como a energia, deve ser determinado por uma análise do mais baixo custo do ciclo de vida para os utilizadores finais do equipamento. Além disso, é estudada a possibilidade de fixar marcos de referência para as tecnologias que proporcionam o melhor desempenho, resultantes do estudo preparatório e do diálogo com as partes interessadas na reunião de 22 de

Fevereiro de 2008 do Fórum de Consulta sobre a concepção ecológica<sup>3</sup>. Os resultados reflectem-se nos objectivos que a medida de execução visa conseguir.

O regulamento proposto tem por objectivo propiciar a transformação do mercado que concretize o potencial de melhoria. Nesse contexto, foram consideradas diversas opções estratégicas, incluindo auto-regulação, rotulagem energética obrigatória e requisitos mínimos obrigatórios de eficiência energética. Devido ao mandato claro do legislador (estabelecer requisitos de concepção ecológica aplicáveis aos aparelhos domésticos), a profundidade da análise de outras opções para além de uma medida de execução da concepção ecológica é a adequada a um acto jurídico de execução, e a ênfase recai na avaliação dos seus elementos fundamentais, tendo em conta o estudo preparatório e o contributo das partes interessadas.

#### *Etapa 4*

É realizada uma avaliação da medida de execução proposta. São, em particular, analisadas opções para a aplicação faseada dos requisitos de concepção ecológica, tendo em conta os critérios estabelecidos no n.º 5 do artigo 15.º da Directiva Concepção Ecológica, e os impactos para os fabricantes, incluindo PME.

#### *Conclusões sobre as etapas 3 e 4*

Uma comparação das opções estratégicas e dos contributos prestados no estudo preparatório e ao longo do processo de consulta indica que a opção mais adequada para concretizar o potencial de melhoria dos descodificadores simples é um regulamento que estabeleça requisitos de concepção ecológica para o consumo de energia e a gestão energética destes aparelhos. Os requisitos do regulamento devem ser estabelecidos em duas fases, que se tornarão efectivas, respectivamente, um ano e três anos após a entrada em vigor do regulamento. Esta abordagem assegura:

- a rápida concretização dos potenciais economicamente vantajosos de melhoria do consumo eléctrico dos descodificadores simples, conduzindo a importantes poupanças de electricidade e de CO<sub>2</sub> e, simultaneamente, reduzindo os custos do ciclo de vida destes aparelhos para os consumidores;
- a redução do consumo eléctrico total dos descodificadores simples em cerca de 47 TWh até 2020, a comparar com o cenário de manutenção da situação actual, o que se traduz por uma poupança de 7200 milhões de euros e por 17 Mt de CO<sub>2</sub> a menos;
- a redução do custo do ciclo de vida dos descodificadores simples em cerca de 30%;
- um enquadramento legal claro que proporciona igualdade de condições para os fabricantes, assegurando uma concorrência justa e liberdade de circulação;
- a harmonização dos requisitos aplicáveis aos descodificadores simples na Comunidade, conduzindo à minimização dos encargos administrativos e dos custos suportados pelos operadores económicos;
- o evitamento de encargos desproporcionados para os fabricantes, graças a períodos de transição que terão em devida conta os ciclos de revisão da concepção dos produtos;
- a indução de poupanças adicionais de energia fora da Comunidade, porquanto estes aparelhos são comercializados em todo o mundo e serão produzidos para outros mercados segundo especificações idênticas.

---

<sup>3</sup> O Fórum de Consulta é um painel equilibrado de representantes dos Estados-Membros e das partes interessadas, como a indústria e ONG de consumidores e de protecção ambiental, convidados a exprimir os seus pontos de vista.

## Acompanhamento

Os impactos serão monitorizados sobretudo através de uma vigilância do mercado por parte das autoridades dos Estados-Membros que assegure o cumprimento dos requisitos. A adequação do âmbito de aplicação, das definições e dos conceitos será acompanhada no contexto do diálogo permanente com as partes interessadas e com os Estados-Membros.